

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

**JUCELIA CONCEIÇÃO SANTOS**

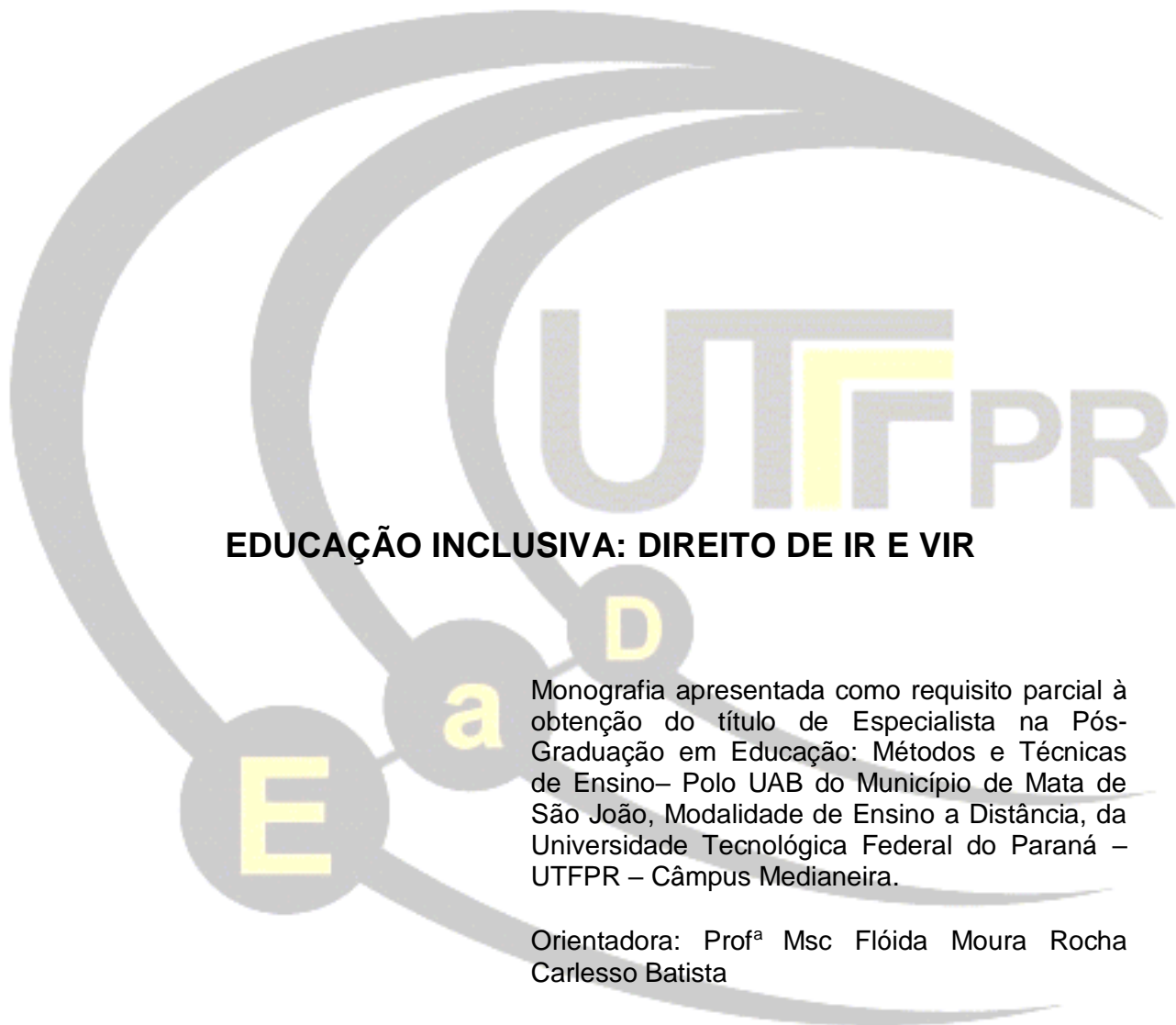
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO DE IR E VIR**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**MEDIANEIRA**

**2018**

JUCELIA CONCEIÇÃO SANTOS



## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO DE IR E VIR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino– Polo UAB do Município de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Msc Flóida Moura Rocha Carlesso Batista

# EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2018



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas  
de Ensino



---

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **Educação Inclusiva- Direito de ir e vir**

Por

**Jucelia Conceição Santos**

Esta monografia foi apresentada às 18h do dia 10 de agosto de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Mata de São João, Bahia, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A aluna foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho.

Profa. Msc Flóida M.R.C. Batista  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
Orientadora

Prof. Dr. Lairton Moacir Winter  
UTFPR – Câmpus Medianeira

Profª Drª Maria Fatima Menegazzo Nicodem  
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.-

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meus guias, meus anjos protetores e toda minha ancestralidade que me trouxeram até aqui e me concedem a graça da vida.

Agradeço a minha mãe Helena Luz exemplo de dedicação e amor. Gratidão por tudo que me proporciona.

A meu pai Luiz Silva Santos *in memoriam*.

Agradeço a meu amado irmão Reinaldo pela minha volta aos estudos.

A minha filha Nathalia Helen pelas noites que ficava com a luz acesa e ela tentando dormir.

As minhas queridas irmãs e irmãos, Jeu, Vânia, Nilton, Dirceu, Luizinho. Sem vocês, não sou nada.

Agradeço de coração as minhas amadas sobrinhas Dandara, Stefane, Iasmim, Vitória, Sofia, Isabel, Valentina, Isis e os sobrinhos queridos Ranan, Thiago, Harrison, Ruan.

Agradeço as minhas queridas amigas Lígia e Gesilda pelo apoio e incentivo no desenvolvimento deste trabalho.

A minha orientadora professora Msc Flóida M. R. C. Batista. Pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa de Especialização em Educação Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

[...] A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza."

*Boaventura de Souza Santos*

## RESUMO

SANTOS, Jucelia Conceição. Educação Inclusiva-Direito de ir e vir 2018. 35fl. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a Educação Inclusiva como direito de ir e vir num ambiente escolar de ensino fundamental adequado, que pode contribuir para a inclusão de alunos portadores de deficiência e a acessibilidade destes devido as limitações físicas como as barreiras encontradas, onde a existência destas coloca o ser humano com mobilidade reduzida frente a discriminação e preconceito dos que deveriam apresentar solução a sombra das leis previamente constituídas para esse fim. A metodologia aplicada se apoia nos estudos de autores com abordagens relativas ao tema através de livros, revistas, periódicos e artigos, extraídos da internet, a compreensão da legislação vigente específica e a acessibilidade das crianças portadoras de deficiência na escola de ensino fundamental. Compreender que algumas situações impedem os portadores de deficiência de manterem relações de aprendizagem e sociabilidade na escola, compartilhando espaços próprios ao processo de aprendizagem, com qualidades necessárias para o desenvolvimento intelectual e os coloca distantes dos avanços, dos direitos e deveres, de transformar e intervir nos espaços públicos ou privados com segurança. Considera também a identificação dos principais elementos históricos que direcionaram a educação inclusiva, conhecer a legislação específica e os mecanismos de acessibilidade aos portadores de deficiência. O que o resultado da pesquisa mostra é a escola ainda incapaz de organizar com eficiência essa atribuição que lhe foi dada, devido à falta de formação de professores, de espaços adequados, de práticas pedagógicas mais flexíveis e gradual diante do compromisso de todos, utilizando para isso recursos diversos.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Legislação. Acessibilidade.

## **ABSTRACT**

SANTOS, Jucelia Conceição. Inclusive Education-Right to come and go.2018.35fl. (Número de folhas) Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

This work aims to analyze Inclusive Education as a right to come and go in an appropriate elementary school environment, which can contribute to the inclusion of students with disabilities and their accessibility due to physical limitations such as the barriers encountered where the existence of these places the human being with reduced mobility against the discrimination and prejudice of those who should present a solution to the shadow of the laws previously constituted for this end. The applied methodology is based on the studies of authors with approaches related to the subject through books, magazines, periodicals and articles, extracted from the Internet and the understanding of the specific legislation in force and the accessibility of children with disabilities in elementary school. Understand that situations that prevent disabled people from maintaining good social relations in school, sharing spaces that are conducive to the learning process, places them distant from exercising their rights and duties, transforming and intervening in public or private spaces with security. What the research shows is that the school is still unable to efficiently organize this assignment due to lack of teacher training, adequate spaces, more flexible pedagogical practices and a gradual commitment to all, using resources.

**Keywords:** School inclusion. Legislation. Accessibility.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>17</b>
2.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	17
2.2 LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE .....	23
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>25</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	26
3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	26
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>27</b>
4.1 PARTE TEÓRICA DA DISCUSSÃO.....	28
4.2 DISCUSSÃO SOBRE A LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE DA CRIANÇA COM LIMITAÇÃO FÍSICA.....	29
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva introduzida a partir da educação especial é um tema que não se esgota no mundo, muitos países, incluindo o Brasil, através dos profissionais da educação, da medicina, dos familiares das pessoas com deficiência e os movimentos sociais, travam longas batalhas desde meados do século XVI até hoje para solidificar as políticas de proteção e assegurar as melhorias relativas ao ir e vir de crianças portadoras de deficiência nas escolas brasileiras de ensino fundamental.

Mais, somente na década de 80 e 90 os movimentos de luta em defesa dos deficientes passaram a pressionar e mobilizar setores da sociedade, incluindo a classe política, para o reconhecimento dessa parcela da população que precisavam ter seus direitos constituídos estabelecidos.

No que determina a legislação existente, as escolas devem se adaptar para incluir as crianças, independentemente de sua condição. É necessário que o olhar das pessoas que compartilham o espaço escolar sejam professoras e os demais profissionais da escola, estejam atentos para as crianças com comportamento atípico e busque inseri-las no espaço de convivência, tão rico e envolvente que deve ter a escola. Brasil (2007) visto que é muito mais significativo à criança desenvolver habilidades na fala se ela tem com quem se comunicar. Da mesma forma, é mais significativo desenvolver habilidade de andar se para ela está garantido o seu direito de ir e vir.

Nesta perspectiva, criam-se espaços nos quais as crianças possam sentir-se parte integrante do grupo e sejam acolhidas, de modo a sentirem-se seguras e caminhem para o desenvolvimento das suas habilidades, entendendo que o apoio dado, contribui para sua autonomia e consequentemente afirmação da cidadania das pessoas portadoras de deficiência. Segundo a SEES/SEED/MEC (2007, p. 17) A inclusão escolar é a oportunidade da criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido. Incluir é trazer para perto, acolher, envolver a dando a ela condições de se expressar à sua maneira para conhece-la.

Cabe salientar que as expectativas relativas à aplicação da legislação específica aos portadores de deficiência no âmbito escolar ainda carecem de

fiscalização, a aplicação destas encontra resistência numa parte de estudiosos que acreditam ser necessário que as crianças compartilhem os espaços da escola, para socialização, outros, alegam na literatura pesquisada que o socializar-se é importante, mas o processo de ensino-aprendizagem deve caminhar junto, pois, a criança tem o direito de aprender também. Integrar ou inteirar as crianças no ambiente escolar? Quanto à integração da criança na escola, ela está sendo ajustada, acomodada, vai assimilar o que já está posto não há o respeito ao que ela traz consigo, existe o despreparo, o “não sei o que fazer”, parece que todos foram surpreendidos, que a criança apareceu do nada, e o planejamento que voltado para todos, sem observar as diferenças de aprendizado, as condições físicas da escola que não atende as dificuldades destes alunos. Ao inserir a criança com deficiência ela vai ser incluída num espaço adequado, com profissionais capacitados, com acompanhamento, com recursos e pessoas para auxiliar nas dificuldades que venham a surgir na dinâmica da escola.

O ambiente escolar é para qualquer criança o espaço por natureza de interação de uns com os outros. É nesse espaço que nos vemos motivados a estabelecer comunicação, a sentir a necessidade de se locomover, entre outras habilidades que nos fazem pertencer ao gênero humano. (SEES/SEED/MEC, 2007, p.17).

Muitas escolas não fizeram as adaptações necessárias para circulação de alunos com dificuldade de locomover-se, isso acarreta situações onde o aluno se vê impedido de ir e vir, barreiras existentes na estrutura física da escola o afastam, visto que essas barreiras devem ser eliminadas, assim como o preconceito, a discriminação e as diferentes reações que ocorrem desde a família até a escola.

O estudo realizado apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre a acessibilidade de crianças com limitações físicas, com o intuito de abordar os aspectos da educação inclusiva propostos na legislação específica sobre o tema. Para isso, a pesquisa contribuiu para ampliar o conhecimento sobre o direito de ir e vir de crianças com limitações físicas, que cotidianamente precisam se adaptar ao que encontram nas escolas, muitas vezes caracterizadas por um cenário complexo e com muitos obstáculos.

A origem do estudo nasceu na prática profissional da pesquisadora ao perceber através da atividade docente, nuances deste universo, onde crianças do

ensino fundamental convivem em diferentes níveis de aprendizado e situações. A criança precisa estar com outras para que ocorra o processo de socialização e na escola temos a aprendizagem como a base para o entendimento, o despertar do conhecimento e ampliação do espaço de interação.

Muitas vezes, quando uma criança com limitações físicas chega na escola, que não se apresenta adequada às condições de acessibilidade necessárias à sua inclusão, pode sofrer com negligência e falta de informação da comunidade escolar levando a construção de barreiras internas que podem afastá-la do ambiente escolar ou dificultar procedimentos escolares para sua integração como aluno.

As escolas trazem na sua apresentação o discurso da inclusão, mas incluir é uma palavra que pode ter muitos significados do ponto de vista de uma sociedade, pode ser entendido como fazer parte de um grupo, de um lugar, como um quebra cabeça que tem as partes para serem encaixadas “Inclusão se dá quando o outro é retirado do estado de ser invisível, quando se quer conhecer, acompanhar, compartilhar” Para Santos (2009) no que concerne à educação, a inclusão chegou para reafirmar o maior princípio já proposto internacionalmente: que a educação que emancipa, liberta, dar autonomia e guia para a cidadania plena seja esse também princípio da educação de qualidade como um direito de todos.

A inclusão revolve as bases excludente da escola antiga que hoje precisa ser mais aberta, mais democrática e escutar os que nela convivem no trabalho, não adianta falar em democracia se os gestores afastam qualquer opinião contrária ao que eles dizem. A qualidade da escola também está no seu corpo de professoras e outros funcionários, a criança portadora de deficiência precisa ser inserida e acolhida na escola que quer ser inclusiva e as pessoas preparadas para acolhê-las.

O sistema educacional vem, desde muitos anos, exercendo seu poder excludente, quando não oferecia escola para todos, escolhia os bem-nascidos para fazer parte dela. O histórico da educação no Brasil é desolador, sabemos que ter as crianças, todas na escola é tarefa difícil num país tão desigual, mantê-las em sala de aula com essa educação fragmentada que não motiva os alunos, com muitas leis que não saem do papel. Encontrar formas de inclusão e torna-la eficiente continua sendo um desafio para as professoras e professores.

[...] todas as crianças devem ser colocadas na vida social e educacional da escola sem terem sido excluídas antes pelo sistema

educacional. Significa fazer algo para que elas permaneçam na escola. Incluir requer considerar peculiaridades, cruzamento de culturas, olhar a singularidade dentro da pluralidade, olhar a parte no todo e o todo na parte. Implica, ainda, considerar as crenças, mitos, e valores de cada um, bem como considerar as emoções envolvidas no relacionamento. (MATTOS, 2012, p. 217-233)

Inclusão se dá quando se acolhe o outro, quando se envolve num círculo de carinho e cuidado as crianças com deficiência ou portadoras de deficiência ou deficiente físico seja qual for a nomenclatura, precisam estar juntos, em espaços de aprendizado, a criança no ensino fundamental sabe compartilhar, proteger o colega, percebe que ele ou ela não tem consciência do que faz, que vai aprender e aprende junto. Respeito aos diferentes, ver o outro com tudo que ele traz, toda bagagem que por ventura seja dito pela família dessas crianças, conversar com os pais avós, todos que estão diretamente envolvidos com a criação destas crianças.

Para incluir é necessário entender e ver a criança em suas dimensões principalmente afetivas e sociais como aquela que precisa de espaço seguro, confiável, acolhedor, uma criança com dificuldade de locomoção, não conseguirá saltar barreiras, participar de corrida de saco, se não existir mecanismos que facilitem essas ações. As mudanças precisam acontecer no dia a dia da escola e de seus integrantes, para uma convivência pautada nos direitos de todos por uma educação inclusiva.

Portanto, Mattos (2012) considera que:

“Conseqüentemente, a inclusão em educação assegura o respeito ao desenvolvimento humano em seus diversos aspectos (cultural, social, emocional, linguístico e espiritual) e a solidariedade, assegurando crenças, costumes e valores que garantam dignidade e a construção da identidade”. (MATTOS, 2012, p. 213-233).

A escola pratica a exclusão quando aceita a matrícula de crianças portadoras de deficiência, e não dá oportunidade dessas crianças desenvolverem suas habilidades, quando as coloca em salas de aula diante de um quadro branco, com um lápis na mão ou um livro aberto e quer que essa criança tenha comportamento robótico. Ela precisa ficar quieta, mas se é uma criança “diferente” como ter um comportamento igual, se a criança quer ficar correndo na escola, o que fazer? Excluir também é fazer de uma aula a motivação para que a criança

automaticamente mude seu comportamento. Quando a criança se ver encurralada numa sala de aula com portas e janelas fechadas, ela pode ficar agressiva, grita, bate, empurra colegas e professora, como a escola enfrenta esse problema sem uma formação adequada, que ao menos minimize a situação da professora ou professor.

## **2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Quanto ao termo exclusão, (FERREIRA, 2001, p. 304), define como “ato de excluir (-se) ”. Visto que, a exclusão se manifesta no ato de excluir como o de excluir-se de um processo. Aquele que é posto ou sai de um processo. Aquele que é incompatível com o processo, que não consegue se adaptar ao que está posto, principalmente se há uma limitação. Quando não acontece a inclusão escolar a exclusão se coloca como obstáculo diante de crianças que não tem acesso à educação devido uma deficiência, que a estigmatiza e a deixa fora de cena. A discriminação corrobora para a baixa autoestima das crianças, que fica privada da posse do conhecimento escolar, impedindo sua entrada neste espaço de convivência e aprendizagens.

Nas escolas encontram-se crianças que correm, pulam, dançam, participam das atividades, sobem e descem com a maior facilidade, e aquelas que não conseguem saltar uma barreira com pneus coloridos, não podem brincar no balanço, não dão a volta no pátio da escola e não agacham na areia para construir castelos.

Essa percepção da diversidade de necessidades das crianças do ensino fundamental, que inclui crianças com limitações físicas, trouxe o seguinte questionamento: Como um ambiente escolar adequado pode contribuir para a inclusão de alunos com problemas de acessibilidade por limitações físicas no ensino fundamental?

Nesse sentido, o estudo justifica-se pela sua relevância na sociedade atual, em momento de valorização do ensino inclusivo e a coexistência com situações onde apesar da necessidade de inclusão, ainda existem espaços escolares pouco adaptados, que precisam buscar alternativas adequadas para esses alunos com limitações físicas.

No desenvolvimento do tema, apresentamos, com auxílio dos estudos científicos pesquisados em artigos e livros eletrônicos e em conformidade com a legislação específica, como o ambiente escolar pode ser adequado para a inclusão de alunos do ensino fundamental, com problemas de acessibilidade por limitações físicas. Como resultado do estudo, destacamos ações facilitadoras da inclusão das crianças com limitações físicas no ensino fundamental, e as propostas para a promoção da acessibilidade destas crianças no ambiente escolar, desde que se elimine todas as barreiras que venha a impedir-lhes o acesso

[...] o aluno pode ter uma deficiência sem sentir-se deficiente quando o poder público provê, em suas escolas, meios de acessibilidade que garantem o direito de ir e vir de uma criança ou jovem e quando as barreiras de aprendizagem são removidas pelos recursos disponíveis, tanto materiais quanto humanos. (SEES/SEED/MEC,2007, p.21).

Na busca de respostas para os questionamentos sobre como um ambiente escolar adequado pode contribuir para a inclusão de alunos, com problemas de acessibilidade por limitações físicas no ensino fundamental, apresentamos como objetivo geral do estudo: Descrever em conformidade com a legislação específica, como o ambiente escolar pode ser adequado para a inclusão de alunos do ensino fundamental, com problemas de acessibilidade por limitações físicas.

Na sua operacionalização, para o desenvolvimento dos objetivos específicos do estudo:

Identificar na literatura específica da área, os principais elementos históricos que direcionam a educação inclusiva nas escolas fundamentais brasileiras

Esta pesquisa apresenta dois capítulos, sendo que no primeiro capítulo será abordado o histórico da inclusão de forma geral no mundo e mais especificamente no Brasil, numa passagem rápida, porém importante que dê condições de percebermos a sequência dos caminhos trilhados para melhoria da vida escolar de crianças ensino fundamental e o quanto avançamos diante dos compromissos assumidos pelo Brasil com os países-membros decorrente da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração de Salamanca (1994).

No segundo capítulo ressalta-se a legislação nos artigos da Constituição Federal do Brasil (1988) dirigidos aos portadores de deficiência e a acessibilidade

para marcar alguns pontos relevantes conquistados pelos defensores da escola inclusiva.

Para além dessas abordagens nos capítulos apresentados cabe salientar que as condições propostas nas normas relativas as pessoas portadoras de deficiência nas escolas de ensino fundamental, deixa espaços para dúvidas por não esclarecerem exatamente o que e como deve ser feito a inclusão, percebe-se que a legislação precisa ser mais exata pois carecem de definições o que acaba cada uma delas interpretadas de diferentes formas.

## 2.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

O homem é um ser multidimensional quando uma parte dele não está completa, passa a sofrer por antecipação, mas só quando adulto, entende o tratamento discriminatório por não ser “igual” ou “normal. Quando criança, não se dá conta desta falta ou deficiência e até mesmo a rejeição da família que não aceita essa “anormalidade”, passa despercebida e a criança se adapta a sua condição. A família, primeiro grupo de convivência, muitas vezes tenta poupar a criança do contato com outras crianças, pensando em protege-la, porém não a prepara para a vida com outros grupos e a segrega, afastando-a de uma vida compartilhada com outras crianças.

Ao se ver na escola de ensino fundamental, longe da família por um período de horas, as crianças aprendem e compartilham conhecimento, brincam, tendem a serem mais generosas e a fazer amizades na escola é o que mais gosta. Vê-se rodeada de amigos e as diferenças encontradas neles não a impedem de estar junto. Como refere Souza (2009). “Ela quer guiar, conduzir, acolher, estabelecer comunicação”.

Isso é educação que conforme salienta Libâneo (1985, p. 97), “[...] educar é conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível”. A criança não separa o “normal” do “anormal”, não discrimina, não estabelece distanciamento, não faz pré-julgamentos.

Quando a criança portadora de deficiência física aparente que chega na escola as reações das professoras e outros funcionários é geralmente de compaixão, principalmente se essa criança tem pele branca, olhos e cabelos claros.

Chegam até a comentar “ela é tão branquinha, como é que pode”, a escola não está preparada para acolher sem distinção essas crianças, daí a questão de escolas muitas vezes perpetuarem o preconceito, a baixa autoestima, o afastamento dessa criança.

Em relação a essas crianças do ensino fundamental com deficiência física, não se deve causar nelas constrangimentos, visto que somos todos diferentes, respeitando as individualidades na busca de oportunidades. Mendes (2003, p.28) afirma que:

A ideia da inclusão escolar se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isso significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo no grupo social (MENDES,2003, p.28).

A não observância das características de cada um na escola pode causar transtornos, se cada um é único, como acreditar que conseguimos garantir oportunidades para todos. Se somos diferentes por termos cor de pele diferente, tamanhos diferentes, comportamentos diferentes, gostos diferentes. É possível encontrar o equilíbrio distante, se colocarmos o real, palpável. Na filosofia podemos pensar que pode ser feito, mas na realidade é mais um desafio para a escola.

A presente pesquisa aborda a visão da sociedade em relação as pessoas portadoras de deficiência e como assegurar o ir e vir das pessoas com deficiência ou portadoras de deficiência? O que facilitou o acesso delas no ensino regular das escolas públicas e privadas, sendo um direito conquistado, porque não se consolida e se encontra, atitudes contrárias ao que determina a legislação?

É necessário entender a trajetória das pessoas portadoras de deficiência, desde quando lhes era negado o acesso à educação escolar, até a acessibilidade como direito. E termos a compreensão de fatos importantes que provocaram mudanças, através de discussões, pesquisas e o entendimento de que todos precisam exercer o seu direito a ter uma educação inclusiva de qualidade.

Na definição de pessoa com deficiência segundo o artigo 2 da lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que “considera-se pessoa com deficiência aquela que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua



participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, 2015).

A deficiência pode ser entendida de várias formas, tanto as que dificultam o ir e vir, até aquelas que impossibilitam de aprender, de falar, de questionar, de estudar.

Adiante o Estatuto da Pessoa com Deficiência continua e representa o conceito de deficiência como os “ Impedimentos nas funções ou na estrutura do corpo, referentes às capacidades comunicativas, mentais, intelectuais, sensoriais ou motoras”. (BRASIL, 2015). Tudo que dificulta, impede, restringe, aprisiona o raciocínio e incapacita o indivíduo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seus artigos define que o ser humano é o mais importante em qualquer situação e protegê-los e manter os seus direitos preservados, valorizados e seguros é dever da sociedade que forma o estado.

A Declaração de Salamanca (1994) proclama que toda criança tem como direito fundamental à educação em classes regulares, e deve ser dada a elas a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, e o estudo de como proporcionar um nível de aprendizado que venha abranger e incluir no ensino fundamental, crianças com deficiência que pode ser auditiva, necessário que os professores tenham conhecimento aprofundado da língua de sinais. O direito está garantido e assegurado quando todos estão no mesmo entendimento e sabemos que a totalidade é muito difícil de ser alcançada

O processo histórico-educacional nem sempre linear da exclusão e da inclusão das pessoas com deficiência, da idade antiga à sociedade contemporânea, incluindo a acessibilidade nas escolas, nos diversos continentes, mostra que a sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases, desde a educação domiciliar ofertada aos mais abastados, a tradicional nos poucos colégios criados no regime Imperial, onde as crianças eram segregadas em espaços distintos. O termo educação inclusiva surge para firmar o que já recomendava indiretamente a educação especial.

Com relação ao surgimento do movimento inclusivista na Educação, apesar de os estudiosos da área concordarem em que os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o Canadá, Espanha e Itália, foram os pioneiros na implantação de classes e de escolas

inclusivas, não foi possível definir, com exatidão, a partir da bibliografia consultada, o marco exato do início do movimento de inclusão escolar. (MIRANDA, p.38, 2008).

A definição exata de quando o movimento de inclusão se deu no mundo não é tão significativo, precisamos saber se de fato ele está instalado nas escolas brasileiras que cheias de obstáculos e arcaica, não consegue perceber o outro com todas as suas peculiaridades, e continue integrando a criança, seja um aluno com deficiência, portador de deficiência ou deficiente físico, como a escola entende essa criança que já vem com nomes diversos, alterados ao longo dos anos. Insistindo em que a escola deve estar preparada para fazer a inclusão, ela precisa fazer mais que a matrícula desses alunos para inclui-los e manter esse aluno.

As poucas escolas existentes na época eram tradicionais, elitistas e excludentes que não viam pessoas com direitos, só interessava os que podiam dar algo em troca, ou as famílias que enviavam seus filhos para estudar em outros países, ou os que retornavam com títulos e faziam a educação domiciliar, as escolas eram precárias, era desolador o abandono e desinteresse dos governantes. As crianças portadoras de deficiência eram escondidas dentro de casa, ou deixadas nas rodas dos expostos quando ainda bebês, a religião dizia que estavam endemoniadas, ou que Deus estava “castigando” a família que não doava seus bens para a igreja, então a medicina se interessou por essas pessoas e começaram os testes e estudos sobre pessoas diferentes, com deformidades em partes do corpo, e até mesmo a falta de membros, ou cegas, mudas. Quando se encontrava nas praças públicas era espezinhada, ridicularizadas, sofriam agressões, muitos não sabiam se defender e apresentavam quadros ditos de loucura.

A medicina se interessou em estudar esses casos, e foram criados asilos, que se transformaram em depósitos de pessoas que não tinham atendimento digno. Manicômios também entraram em cena para conter essas pessoas nos seus quadros agressivos, mas os que ficavam sozinhos no seu canto, os que deliravam também foi motivo de estudos, testes, muitas vezes dolorosos e eram afastados da família, enclausurados nesses hospícios mais uma vez sofreram segregação social.

Mendes relata que:

A sociedade começou praticando atos de eliminação, castigos e a exclusão social dessas pessoas por considerar suas condições físicas, sensoriais e mentais atípicas, não condizentes, ao seu entendimento, como membros

pertencentes à maioria da população considerada “normal”. Ao longo da história da humanidade, constata-se diversas mudanças nos tratamentos dispensados às pessoas com deficiência, partindo das ações de caridade à institucionalização das medidas assistencialistas ao reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos de direito. (PEREIRA; SARAIVA, 2017, s.p).

Pereira; Saraiva (2007) abordam como questões fundamentais para o processo de exclusão das pessoas com deficiência durante a Idade Antiga até a Idade Média, a compreensão deste período como a origem do processo de eliminação e exclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Já no período Renascentista, destacam o desenvolvimento do pensamento científico, da Medicina, o estabelecimento de uma filosofia humanista e dos direitos das pessoas com deficiência, a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, como um dos marcos dos avanços na legislação quanto ao direito de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

As autoras destacam que no Brasil, o percurso histórico das pessoas com deficiência foi marcado por uma fase inicial de eliminação e de exclusão dos povos indígenas ao processo de institucionalização e de assistência aos deficientes. Ademais, também enfatizam a importância das normas que regem a inclusão, a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência. Mas afirmam que em sentido contrário a estes avanços na legislação brasileira no campo da inclusão social, com normas e regras gerais de acessibilidade, ainda ocorre um distanciamento significativamente importante entre o que determina a lei e sua efetivação (Pereira, Saraiva; 2007).

Até o século XV estes eram rejeitados pela Sociedade, encontravam abrigo nas igrejas ou eram considerados como diabólicos, ou ainda eram usados como bobos da corte. A partir do século XVI ao XIX são criados asilos, albergues e hospitais para pessoas portadoras especiais [...] o marco inicial na mudança de tratamento para com essas pessoas vem a partir de 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant). Em 1856 ocorreu a instalação do Instituto de Surdos-mudos. A criação de institutos veio permitir que estes pudessem estudar e assim serem incluídos de alguma forma na sociedade. Mas somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pessoas deficientes começaram a ser vistas como cidadãos parte integrante da sociedade, porém sob uma ótica assistencialista. Na década de 1960 começaram então a surgir as primeiras críticas devido à segregação, a partir de familiares. Nos anos 80 e 90 a inclusão de portadores de

necessidades especiais, passa ser defendida em larga escala através de declarações e tratados FONSECA, PINTO, 2007, s/p).

Para Mantoan (2013a), a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida em períodos: num primeiro momento houve iniciativas particulares de profissionais da saúde, da educação e das ONGs; no segundo momento quando as ações relativas a esse público partiram das autoridades na políticas com elaboração e aprovação de leis que favoreciam as pessoas portadoras de deficiência; e por final com a mobilização dos movimentos sociais em favor da inclusão escolar, pois a necessidade de inserção dessa população nas escolas era latente. A falta de vagas no ensino primário prejudicava a todos, independentemente da condição física da criança, mas se eram portadoras de deficiência consequentemente não participavam do processo de ensino-aprendizagem, ficavam fora da escola, o que impossibilitava seu desenvolvimento intelectual, a habilidade para aprender e socializar-se com outras crianças e inseri-las nas atividades em grupos.

No Brasil, a inclusão escolar começou a passos lentos diante do grande número de crianças que não conseguiam chegar as escolas, independentemente da deficiência que possuíam, a educação de todos não era prioridade dos governos o que acarretava mais dificuldade no acesso para aquelas que apresentavam algum tipo de deformidade.

Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. (PLETSCH e FONTES, 2006, p.12).

Manter uma criança no ensino fundamental ou qualquer outra série na classe regular continua sendo responsabilidade da escola, pois assim determina a legislação brasileira, é necessário que a escola tenha professoras e professores capacitados para atender esse público. A permanência depende de como essa criança se comporta, o que ela entende, quais suas atitudes diante de pessoas estranhas a ela. É sabido que crianças juntas não têm preconceitos, elas entendem que a outra criança é criança também, mas são os profissionais da escola, já adultos, que precisam entender que a criança apresenta diferenças, muitas vezes

difíceis de serem aceitas ou compreendidas, mas devem ser respeitadas nas suas individualidades, e aos profissionais abrir-se para o diferente, deixar de acreditar num passado distante de crianças robôs e o processo ensino-aprendizagem aconteça.

Mantoan (2013b) argumenta que as iniciativas brasileiras na seara da educação inclusiva “não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes de nosso sistema educacional”.

Contraditoriamente, conforme constatam Pereira; Saraiva (2017), o Brasil apesar de possui uma das legislações mais avançadas no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, na prática a sociedade e o estado não garantem efetivamente esses direitos. Segundo as autoras, não fiscalizar e punir, reflete a falta de interesse do poder público em não vê consolidada a legislação nas escolas de ensino fundamental públicas e privadas em se fazer cumprir a lei.

## 2.2 LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) lançou luz sobre a questão da inclusão no Brasil e em outros países, principalmente nos direitos civis da população que prega “ todos os seres humanos são livres e iguais em dignidade e direitos sem distinção de qualquer espécie, tem direito à vida”. A inclusão escolar, ganhou importância no Brasil, principalmente quando promulgada a Constituição Federal (1988), sendo que nas décadas seguintes os órgãos de proteção a pessoa, incluíram ações para assegurar o direito de ir e vir das pessoas, no caminho cheio de barreiras do cotidiano, também presente no ambiente escolar, onde foram realizados avanços ao longo dos anos, embora também nesta área de educação muito ainda precisa ser alcançado.

Para situar melhor o tema é necessário considerar a acessibilidade (BRASIL, Lei, 10.098/2000) conforme a legislação específica dita é quando o indivíduo tenha possibilidade e condição de alcançar o que deseja e utilizar, com segurança e autonomia, os espaços públicos ou privados, os mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e a comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, sendo público e privado em todo território brasileiro. As estruturas

físicas devem estar livres de barreiras que impeçam o deficiente físico ou com mobilidade reduzida de usufruir destes. As novas construções escolares e as reformas dos prédios antigos devem obedecer ao que determina a ABNT (9050) Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Com relação as barreiras elas se constituem como muros difíceis de atravessar, para o portador de deficiência quer ele seja criança, adolescente ou adulto será muito difícil, dependendo seu nível de deficiência, alcançar o objeto pode requer ajuda de outros. Sem as barreiras limitantes e os obstáculos presentes nesses espaços o indivíduo provavelmente conseguirá adquirir o objeto por si mesmo.

As barreiras são empecilhos que broqueiam o ir e vir, são lombadas, falta de sinalização, informação sem explicação, comunicação com ruídos, lugares muito estreitos que dificulta a passagem, principalmente de cadeirantes, e outros. A legislação (BRASIL,13.146/2005) define barreiras como: urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; arquitetônicas que existem nos edifícios como colunas em salões, tetos muito baixos; barreiras nos transportes como falta de bancos preferenciais, degrau muito alto nos ônibus; Comunicação e informação inadequados, quem falou, tem interprete de libras para o surdo e mudo, que mensagem é dada, o que diz a mensagem , tecnologia como usufruir e as barreiras tecnológicas, como manejar celular, enviar mensagens, todos esses exemplos dados reforça a dificuldade de acesso, que a pessoa com deficiência encontra em seu caminho na escola, na rua, na vida.

Tudo que parece simples para uma pessoa dita “normal’ não é tão fácil para uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, por isso a preocupação com essa criança na escola regular, ela precisa encontrar um ambiente seguro, ser acolhida, envolvida pela turma da escola. Partindo do princípio de que todas as crianças precisam ser tratadas com consideração, atenção e carinho na escola.

No que se refere à educação inclusiva, destacamos algumas áreas prioritárias apresentadas na Declaração de Salamanca (1994), proclamadas na reunião dos países-membros da qual o Brasil é signatário que regulamenta e aperfeiçoa o que se pretende seja adotado na educação inclusiva, dentre outros tão relevantes, que se volta para a responsabilidade de cada um.

Áreas Prioritárias	Descrição
1. Proclama	Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
2. Educação Infantil	O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais.
3. Preparação para a Vida Adulta	Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho
4. Educação de Meninas	Acesso à escola, meninas portadoras de deficiências deveriam ter acesso à informação, orientação e modelos que as auxiliem a fazer escolhas realistas e as preparem para desempenharem seus futuros papéis enquanto mulheres adultas.
5. Educação de Adultos e Estudos Posteriores.	Cursos especiais também poderiam ser desenvolvidos no sentido de atenderem às necessidades e condições de diferentes grupos de adultos portadores de deficiência

**Quadro 1:** Áreas Prioritárias voltadas para a educação especial.

Fonte: Declaração de Salamanca (1994).

O Brasil ainda carece de informação e vontade política para se concretizar as ações relativas a inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas escolas de ensino fundamental com garantias de igualdade e proteção, aprofunda-se a busca por soluções para que pessoas portadoras de necessidades especiais sejam incluídas nas escolas municipais, estaduais e federais.

A Secretária de Educação Especial define a educação especial como uma modalidade que perpassa todos os níveis e etapas de ensino, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos, serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (SEESP/MEC, 2007). Os recursos parecem não ser suficientes, os equipamentos que auxiliam as pessoas portadoras de deficiência nas escolas públicas em sua grande maioria quando chegam depois da burocracia das licitações, estão ultrapassados e logo caem em desuso, tornam-se obsoletos.

Nos prédios mais antigos das escolas, as reformas previstas pela ABNT (9050) são inexistentes ou inacabadas. As novas construções são iniciadas, mas, nem sempre são concluídas. Encontra-se escolas com escadas no lugar de rampas, banheiros não adaptados, sem corrimãos, barreiras nas estruturas internas e externa, que dificulta o ir e vir dos alunos com deficiência.

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (9394/96) asseguram aos portadores de deficiência e necessidades educacionais especiais o direito de frequentarem a escola regular de ensino e adequação destas a esta parcela da população. A educação para todos de forma igualitária na garantia de oportunidades iguais aos cidadãos brasileiros.

Mantoan (2003), refere ainda “na rede de ensino que adota medidas inclusivas de organização escolar, voltada para todos os alunos, as mudanças podem ser observadas sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação; as ações para efetivar as referidas mudanças no ambiente escolar, incluindo o trabalho de formação de professores; e, as perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir de projetos inclusivos. Além disso, a autora traz a inclusão como uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico) (MANTOAN, 2003).

Destacamos, em relação as proposições da autora, a necessidade de reestruturação das condições das escolas, desde o ensino fundamental para permitir a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, considerando além dos aspectos pedagógicos curriculares e da formação dos professores, a ambientação escolar para acolhê-los e viabilizarem a inclusão nas atividades educacionais e recreativas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA.

A pesquisa bibliográfica tem por objetivo conhecer e entender o processo da educação inclusiva e as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre um tema atual. Para o alcance do objetivo proposto no estudo, foi realizado uma Pesquisa Bibliográfica Exploratória que permite conhecer e disponibilizar diferentes



contribuições científicas sobre determinado tema, além de sua importância para o emergir de novos conhecimentos (GIL, 2010).

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.

Foram utilizados na sua elaboração, através de busca não sistemática, artigos e legislação específica sobre o tema, em conformidade com os objetivos do estudo, considerando os seguintes descritores: “educação inclusiva no ensino fundamental”, “acessibilidade”, “legislação”.

A coleta do material foi realizada através de leitura seletiva, seguida da fase analítica e interpretativa, dos materiais coletados (GIL, 2010). Foram selecionados diversos artigos, livros eletrônicos, revistas especializadas, e monografias com mesmo tema por relevância em relação aos objetivos do estudo, referentes ao período explicitado no corpo do texto.

Analisando os dados obtidos durante a pesquisa foi observado que a educação especial começou a ser difundida e estudada no Brasil, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) quando citou no seu texto que todos têm direitos que precisam ser assegurados e protegidos pela sociedade com políticas, que provocam mudanças efetivas na proposta pedagógica da escola, dirigida as crianças com necessidades especiais como um preparo para estarem nas classes regulares onde todos tem a oportunidade de compartilhar espaços e desenvolver habilidades com autonomia na conquista da cidadania.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva dá oportunidades de convivência entre crianças com graus de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo diversos, buscando a inserção destas pessoas portadoras de deficiência na escola regular, oportunizando a socialização e autonomia para exercerem sua cidadania.

Mas, esse é um desafio para a escola, mesmo que deseje incluir a todos sem discriminação sabe que é uma batalha árdua, visto que precisa investir no material humano, promover mudanças nas estruturas físicas para a eliminação de barreiras

que venha a impedir o ir e vir dos alunos com deficiência sendo ela física, auditiva, mental ou múltipla, como manter esse público na escola? Trazendo a segregação (colocando-os em classes separadas) esse caminho foi abolido diante da urgência em se fazer a inclusão que revela uma necessidade de conhecimento.

Para os professores é necessário mudar a lógica antiga de ensino e aprendizagem se quer evoluir e incluir, precisa se despojar da condição de “não sei o que fazer” deve observar mais criteriosamente seu aluno. A professora, a escola e a família devem estar juntos. A família terá que informar sobre a criança, seu comportamento, como reage diante disso ou daquilo. É um trabalho em conjunto.

As crianças com deficiência física, dependendo do grau de dificuldade pode ou não participar do recreio no parquinho da escola, os colegas precisam estar com elas em outros ambientes de brincadeiras, a escola deve incluir as crianças em sua totalidade e principalmente combater a discriminação que requer um trabalho de conscientização de todos os envolvidos na educação, com uma abordagem pedagógica que seja de fato eficaz. É necessário encontrar soluções para cumprir o que determina a legislação.

#### 4.1 PARTE HISTÓRICA DA DISCUSSÃO.

Como podemos identificar ao longo da história da humanidade, as crianças, adolescentes e adultos foram rotuladas como “diferentes, inválidas, anormais, incapazes, deficientes físicos, com necessidades especiais, e hoje como portadores de deficiência, Sasaki (2002, p. 6-9a) refere que: “Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época.”

As discussões e estudos referentes aos termos utilizados em determinados grupos de pessoas vem mudando diante da evolução do próprio homem é preciso conviver e aceitar as diferenças, as pessoas não são culpadas de nascerem assim e segregadas, perdem a motivação para enfrentar as reações adversas das outras pessoas, assim as palavras como instrumento da fala, podem vir carregadas de preconceitos, mas também são “construídas especificamente para designar conceitos novos” (SASSAKI, 2002, p.6-9b)

As pessoas consideradas diferentes por possuírem alguma limitação física muitas vezes eram escorraçadas das praças públicas quando queriam estar com os seus pares, onde sofriam abusos, preconceito e discriminação por serem diferentes. Quando consideradas doentes, eram mantidas presas em suas casas, escondidas ou afastadas do convívio familiar, segregadas, confinadas sem o direito a interação com outras pessoas, incluindo o direito à educação e cidadania. A educação especial que leva a inclusão é uma ferramenta necessária para a autonomia destas pessoas.

A medicina contribuiu muito para elucidar casos dos não doentes, mas os colocou em situações dolorosas nos asilos e manicômios, viam um corpo disforme, uma mente sem rumo, mas, e a educabilidade desta população que foi afastada dos seus familiares. A pedagogia vislumbrou a educação destas pessoas e passou a acolhe-las, no início de forma bem particular, as instituições beneficentes também participaram desses momentos, os movimentos sociais, famílias inconformadas com o tratamento dado se vitimavam deixando para outros resolverem em muitos casos, a igreja crucificava-os, eram tidos como endemoniadas, de muitas formas os deficientes foram excluídos das oportunidades.

#### 4.2 DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO DA LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE DA CRIANÇA COM LIMITAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA FUNDAMENTAL.

A Declaração de Salamanca, (1994) na reunião dos países- membros foi o marco na questão da inclusão quando elaboraram diretrizes fundamentais e avançaram nas proposições para a Educação Inclusiva como elemento de acessibilidade para portadores de deficiência.

A importância da inclusão de pessoas portadoras de deficiências, a legislação e a disposição de todos é o caminho necessário para o desenvolvimento da cidadania do indivíduo que passa a ser visto como igual.

Segundo a Legislação Brasileira (Brasil, 2003) no que concerne seus artigos referentes a educação de pessoas portadoras de deficiência são garantidos e assegurados os direitos com prioridades em vários aspectos e a acessibilidade.

Constituição Federal do Brasil- 1988.	<p>A educação, direito de todos e dever do Estado e da família.</p> <p>Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.</p>
Lei 7.853/89	<p>Apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência –</p> <p>A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa.</p>
Lei nº 80.069/90	<p>Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.</p>
Lei 9394/1996- LDB	<p>Educação especial como modalidade de educação escolar na rede regular de ensino aos portadores de deficiência.</p> <p>Serviços de apoio especializado, na escola regular.</p> <p>O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados.</p>
Lei 3.298/2002	<p>Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas e dá proteção.</p> <p>Assegura matrícula, inclusão, inserção, oferta e acesso à educação dos portadores de deficiência.</p>
Lei 10.098/2004 e 10.048 regulamentadas pelo Decreto 5.296/2004	<p>Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.</p> <p>Define deficiência como limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades e as categorias de deficiências como: física, auditiva, mental e múltipla.</p> <p>Aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva.</p> <p>Considerado um avanço ao assegurar o ir e vir das pessoas portadoras de deficiência</p>

	em todos os espaços.
Lei 13.146/2015- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	<p>Assegura e a promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.</p> <p>Considera a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.</p> <p><b>Obs.</b> Promove avanços significativos e esclarece pontos como acessibilidade, define tipos de barreiras impeditivas para autonomia do portador de deficiência.</p>

**Quadro 2:** Principais legislações e respectivos avanços

Fonte: A autora. Salvador (2018).

Em consonância com as informações obtidas pela pesquisa realizada neste estudo, temos como concreto os avanços que vem acontecendo na escola e na matrícula de crianças portadoras de deficiência no ensino regular decorrentes das ações promovidas pela sociedade que pressiona a política, visto que está elabora e aprova leis que asseguram e protegem os direitos das pessoas deficientes nas escolas públicas e privadas.

Em cumprimento da obrigatoriedade da legislação, muitos pais já informados sobre os benefícios da inclusão escolar, colocam suas filhas e filhos na escola. O Censo Escolar de 2014/INEP, mostra nos dados levantados a importância da inclusão como direito de todos por uma educação de qualidade.

Porém está mesma legislação que assegura a matrícula de alunos portadores de deficiência nas classes comuns, “ao mesmo tempo em que ampara a possibilidade de acesso à escola comum, não define obrigatoriedade e até admite a possibilidade de escolarização que não seja na escola regular. ” (MENDES, 2006, p. 398).

Com a proliferação de escolas inclusivas principalmente na rede pública foi observado que os autores se dividem nos estudos entre o que seria a educação especial, para alunos classificados com necessidades educacionais, sendo o atendimento em classes especializadas.

O atendimento educacional especializado deve ser organizado em salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado, no contraturno do ensino regular. (MEC, 2008), ou a Integração destes alunos na escola de classe comum onde teriam que se adaptar ao que estava colocado, não ocorrendo mudanças na didática, tão pouco nas práticas pedagógicas.

Mas as correntes têm como certo que as crianças na escola inclusiva, estão conseguindo ser o que elas são de verdade, diferentes, mas gente, como outros alunos da escola, quer falar, mesmo sendo mudo, correr mesmo que a perna não tenha firmeza, quer participar das atividades da escola mesmo que para muitos eles não saibam o que estão fazendo.

Essa inserção no mundo educacional dá oportunidades de avanços, mesmo que pequenos, e as perspectivas são mais concretas, mesmo que não sejam tão igualitárias, mas existem as possibilidades se houver vontade da escola, pais e sociedade em incluir as crianças em todos os aspectos.

REDE PÚBLICA	2007 (%)	2007 (absoluto)	2008 (%)	2008 (absoluto)	2009 (%)	2009 (absoluto)	2010 (%)	2010 (absoluto)	2011 (%)	2011 (absoluto)	2012 (%)	2012 (absoluto)	2013 (%)	2013 (absoluto)
Classes comuns	69,7	285923	75,5	352638	80,4	365796	85,8	457236	89,3	525812	90,9	583619	91,8	609839
Escolas exclusivas	13,9	57216	10,8	50448	8,5	38862	6,2	33176	5	29400	4,7	30200	4,2	28089
Classes especiais	16,4	67142	13,7	64001	11	50269	7,9	42208	5,7	33684	4,4	28025	4	26538

**Quadro 3:** Matrículas de alunas (os) portadoras (es) de deficiência na rede pública de ensino- 2007/2013.

Fonte: INEP/2014.

Pode-se verificar na tabela do Censo Escolar/2014. INEP, acima o aumento por porcentagem e valor absoluto das matrículas de portadores de deficiência nas Classes regulares/comuns. Enquanto que nas Escolas exclusivas e Classes especiais há uma queda significativa nessa procura o que leva a crer que o esforço empregado por todos na efetivação da inclusão de crianças portadoras de deficiência em escolas regulares no Brasil está presente. Observando com atenção, no ano de 2007 a procura pelas classes comuns era de quase 70% de matriculados o que equivalia a 285.523 alunos. Esses números pulam consideravelmente no ano de 2013 para 91,8% que equivale em números absolutos 609.839 matrículas na rede pública.

Nas Escolas exclusivas a procura foi menor se comparado a anos anteriores e vem decaindo desde 2007 em 13%, ou seja, em números de 572.16. Em 2013 chega a matricular tão somente 4,2% uma queda significativa em número de 28.089 crianças.

Já nas classes especiais a procura também foi bem modesta em 2007 foram matriculados um percentual de 16,4% de crianças que equivale em números absolutos a 671.42 um pouco a mais que matrículas nas Escolas exclusivas. Em 2013 esse número tem uma baixa que chega a 4% somente de matrículas, equivalente a 26.538 alunos.

No entanto as matrículas podem não refletir a realidade da inclusão com qualidade e retorno satisfatório devido as condições das escolas onde a estrutura física carece de eliminação de barreiras arquitetônicas, com espaços livres para

circulação de cadeirantes e alunos que tem dificuldade de se locomover de um lugar para outro, deve ser criado espaços e mantidos seguros. A escola precisa criar alternativas que atendam às necessidades que são específicas das crianças na escola e garantir o conhecimento e o desenvolvimento delas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Analisando os estudos realizados por diversos autores nesta pesquisa, observou-se que no século XIX as mudanças aconteciam muito lentamente na educação no Brasil. Já no século XX foram se intensificando as formas de levar a todos a educação, com interesse especial as crianças portadoras de deficiência, proporcionando a inclusão com acessibilidade aos que mais necessitavam.

A exclusão dessas pessoas deixou cicatrizes que impactaram no desenvolvimento social e educacional do país até os dias de hoje. Considerar o outro como incapaz, só por vê-lo, sem perceber qualidades é fazer pré-julgamentos e perpetuar preconceitos.

O ambiente escolar ao longo dos anos, embora com espaço de tempo que demoravam décadas, foi ficando mais adequado contribuindo para a inclusão de alunos com deficiência, os benefícios de ter uma criança em contato com outras dentro de um espaço comum para que se efetive atitudes de respeito as diferenças, foram determinantes para a abrangência do olhar das pessoas que compõem a escola em relação aos tipos de deficiência que antes só eram vistas a surdez e a cegueira, ampliou-se para todas as deficiências, tanto as aparentes quanto as percebidas no processo de ensino-aprendizagem, pelo professor do ensino fundamental que mesmo sem formação conseguia identificar comportamentos diferentes e comunicar a família, alertando os pais sobre determinadas atitudes do aluno no meio escolar que não condizia com as dos outros alunos.

No entendimento da legislação que todos têm direitos, a escola tem um papel de relevância diante da inclusão, diante do que se precisa ser feito dentro dela e a partir dela.

Com a pressão dos movimentos em defesa dos portadores de deficiência, pais, professoras, profissionais de diversas áreas, a classe política brasileira começa



a apresentar projetos com o objetivo de transformá-los em leis e o público tendo o conhecimento, cobra sua efetivação.

Desde a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e a Declaração de Salamanca (1994), ocorreram mudanças significativas na escola em todas as séries, para todas as crianças que excluídas do sistema educacional ficavam segregadas, ora assistidas pelos programas do governo, em classes especiais ou integradas ao que a escola determinava. Com a inserção das pessoas portadoras de deficiência na escola se promove a convivência escolar e social, os avanços na didática e práticas pedagógicas e um conjunto de fatores que viabilizam o desenvolvimento intelectual das crianças.

O conhecimento mais específico da legislação que engloba as pessoas portadoras de deficiência trouxe um maior interesse sobre o tema que clareou a visão do que se é deficiência temporária e a permanente, vislumbrou os benefícios que cria e aperfeiçoa mecanismos de acessibilidade ao cidadão que se quer autônomo e consciente de seus direitos de transformar, intervir, modificar e usufruir dos espaços públicos ou privados.

A escola como espaço democrático tem o papel de promover mudanças profundas na sua base, os professores precisam de formação contínua, as crianças com deficiência precisam de espaços onde possam circular, livres de impedimentos, preconceito, discriminação, desatenção. O processo de ensino-aprendizagem deve acontecer como um direito conquistado depois de tanta exclusão vivenciadas por deficientes físicos em lugares públicos e privados.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro; ABNT, 2004.

BRASIL, Atendimento Educacional Especializado. SEES/SEED/MEC. Brasília/DF-2007.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Constituição 1988. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto-lei no. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei de acessibilidade. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146/2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Lei 9394/96; MEC; Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica, e dá outras providências.

FERREIRA, B.H. F. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2º edição. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1986.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao século XX Autores associados, 2004, 243 p. (Col. Educação Contemporânea).

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública**: pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

MANTOAN, Teresa. Égler. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo. Moderna, 2003.

MATTOS, S. M. N. de. **Inclusão/exclusão escolar e afetividade**: repensando o fracasso escolar. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 217-233, abr./jun. 2012. Editora UFPR.

MENDES, Enicéia Gonçalves, Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33, p. 398, set. /dez. 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

ONU. Declaração universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. **Trajetória histórico social da população deficiente:** da exclusão à inclusão social. *Rev. SER Social*, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168- 185, jan.-jun./2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar. /abr.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994. br. 2009, p. 10-16.